

Revista ENSAIOS TEOLÓGICOS

Online ISSN 2447-4878



Ensaio Teológico está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações - 4.0 Internacional

PAULO X TIAGO: JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ OU PELAS OBRAS?

Paul X James: Justification by faith or by works?

Flaviano Nogueira Siedeliske¹

RESUMO

Esse artigo apresenta um estudo sobre os textos de Rm 3.20, 28 e Tg 2.24, tendo como pano de fundo a discussão sobre a doutrina da justificação. Uma vez que Paulo defende a justificação somente pela fé e Tiago comenta que o homem é justificado pelas obras, não somente pela fé, surge aqui uma possível contradição no pensamento dos dois autores. É exatamente isso que a pesquisa visa responder: existe mesmo tal contradição entre Paulo e Tiago? Para responder essa questão, o texto se inicia com uma visão geral dos versículos citados. Após isso, apresenta uma discussão sobre o significado do conceito de justificação, para, finalmente, chegar à análise dos textos de Romanos e Tiago. Baseado no pensamento de autores como Douglas Moo, Robert Culver e Hernandes Dias Lopes, essa análise argumenta que não existe contradição no ensinamento de Paulo e Tiago, uma vez que ambos tratam de assuntos diferentes.

Palavras-chaves: Paulo. Tiago. Romanos. Justificação.

ABSTRACT

This article presents a study of the texts of Romans 3.20, 28 and James 2.24, having as background the discussion of the doctrine of justification. Once Paul defends the justification only by faith and James comments that the man is justified by the works, not only by faith, it appears here a possible contradiction in the thought of both authors. It is exactly this that this research intends to answer: is there such a contradiction between Paul and James? To answer this question, the text begins with an overview of the verses cited. After that, it presents a discussion of the meaning of justification. For, finally, getting

¹ Pós-Graduando em Teologia e Interpretação Bíblica pelas Faculdades Batista do Paraná (FABAPAR); Licenciado em Letras pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba (FARESC); E-mail: Flavianosiedeliske@gmail.com.

to the analysis of the texts of Romans and James. Based on authors as Douglas Moo, Robert Culver and Hernandes Dias Lopes, this analysis argues that there is no such contradiction in the teachings of Paul and James, once that both talk about different subjects.

Keywords: Paul. James. Romans. Justification.

INTRODUÇÃO

A justificação é uma das doutrinas mais importantes do cristianismo. Pode-se dizer que é um dos temas centrais dos escritos de Paulo, principalmente em Romanos, onde o apóstolo sempre a relaciona com a fé, deixando claro, dessa maneira, que ninguém pode ser justificado pelas obras.

Entretanto, outro autor presente nas Escrituras, a saber, Tiago, também escreve sobre a justificação. Mas, aparentemente, Paulo e Tiago discordam a respeito desse tema. Como escreve o professor Moo, “a mais famosa, polêmica e importante contribuição de Tiago à teologia aparece em seu ensino sobre o relacionamento entre fé, obras e justificação, em 2.14-26”,² isso se dá pelo fato de Tiago escrever que o homem é justificado pelas obras, não somente pela fé. Logo, a grande questão que esse artigo pretende responder é: há, realmente, uma contradição entre os ensinamentos de Paulo e Tiago sobre a justificação?

A hipótese trabalhada nesse texto é que: não há contradição, pois os dois autores tratam de assuntos diferentes em suas epístolas.³ Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica a respeito do conceito de justificação e dos textos de Romanos 3.20, 28 e Tiago 2.24. A escolha do tema é relevante porque, ainda nos dias de hoje, muitos cristãos não possuem amplo entendimento sobre a doutrina da justificação. Além do mais, numa primeira leitura dos textos, realmente parece que há contradição no pensamento dos dois autores, o que pode gerar alguns questionamentos. Assim, essa pesquisa se propõe a explicar o conteúdo dos textos analisados e tentar responder as dúvidas que surgem da leitura dos mesmos.

1. VISÃO GERAL DOS TEXTOS

O clímax da aparente contradição entre os pensamentos de Paulo e Tiago a respeito da doutrina da Justificação está na comparação entre os seguintes textos:

Por isso nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado [...]. Concluímos pois que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei.⁴

²MOO, Douglas J. **Tiago**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1990, p. 44.

³ Diante de uma situação de conflito étnico-teológico na igreja de Roma com relação à lei e salvação, Paulo precisa tratar de um assunto soteriológico, demonstrando, através do Evangelho que pregava, que tanto judeus como gentios eram salvos mediante o sacrifício de Cristo, e não pela observância da lei. Já Tiago se encontrava num contexto de desigualdade social e “desprezo” dos ricos pelos pobres, assim, o mesmo trata de um assunto prático, explicando que é necessária a prática de atitudes que condizem com a fé proferida (KEENER, Craig S. **Comentário histórico-cultural da Bíblia**: Novo Testamento. São Paulo, Vida Nova, 2017, p. 506, 791).

⁴ Rm 3.20,28, ARC.

Vedes então que o homem é justificado pelas obras, e não somente pela fé.⁵

O objeto dessa aparente discordância de ideias é o seguinte: enquanto Paulo argumenta que o homem é justificado sem as obras da lei, Tiago afirma que o homem é justificado por elas. Por que o ensinamento de Paulo é tão diferente do de Tiago? Estariam os dois discordando? Seriam os dois opositores entre si, teologicamente falando? Estariam dois líderes tão influentes da igreja primitiva contradizendo um ao outro no que se refere a uma das mais – senão a mais – importantes doutrinas do cristianismo, a doutrina da Justificação?

Além disso, Tiago já havia, no verso 21, apresentado um argumento que, à primeira vista, contraria os ensinamentos de Paulo sobre a Justificação pela fé. No citado verso, Tiago escreve que Abraão fora justificado pelas obras quando ofereceu Isaque como sacrifício; no entanto, Paulo afirma, com igual certeza, nos versos 1-3 do capítulo 4 de Romanos, que o mesmo Abraão foi justificado pela fé, sem as obras. Isso faz com que, numa primeira leitura, essa aparente discordância entre os autores se estenda até mesmo para os exemplos que ambos utilizam como argumento.

Infelizmente, uma vez que não se sabe qual carta foi escrita antes ou, caso Paulo tenha escrito sua obra primeiro, se Tiago tivera acesso à epístola aos Romanos,⁶ resta, assim como faz o professor Moo, especular que “ou um não tinha consciência daquilo que o outro dizia, ou um deles está respondendo a uma forma de ensino do outro, que estivesse sendo mal interpretada”.⁷ Assim, para que não haja apenas uma vaga especulação, apenas uma breve leitura dos textos não basta, mas faz-se necessária uma leitura mais aprofundada, juntamente com uma análise mais completa, para que se chegue a um entendimento mínimo dos pensamentos por detrás desses versos.

2. A DOCTRINA DA JUSTIFICAÇÃO

O primeiro ponto a debater para se tentar chegar mais próximo de entender e conciliar⁸ os pensamentos de Paulo e Tiago é uma breve explicação sobre a doutrina da Justificação.

O entendimento correto dessa doutrina é um ponto crucial para a fé cristã, uma vez que “o *fato* de que Deus perdoa pecadores que creem, os reconhece como justos e os trata como justos é um aspecto central da doutrina da salvação”.⁹ Historicamente falando, durante o período da Reforma, a Justificação pela fé foi a doutrina mais importante levantada e defendida pelos protestantes.¹⁰ Dentro da teologia luterana, tal doutrina é chamada de *articulus stantis et cadentis ecclesiae*, ou seja, “o artigo sobre qual a igreja permanece ou cai”, sendo ela a “espinha dorsal da teologia na qual todas as outras doutrinas estão apenas e da

⁵ Tg 2.24, ARC.

⁶ GRÜNZWEIG, Fritz; HOLMER, Uwe; BOO, Werner de. **Cartas de Tiago, Pedro, João e Judas**. Curitiba: Esperança, 2008, p. 70.

⁷ MOO, 1990, p. 27.

⁸ É importante essa conciliação entre o pensamento dos dois autores para que as dúvidas sobre uma possível “contradição bíblica” sejam suprimidas.

⁹ CULVER, Robert D. **Teologia Sistemática**: bíblica e histórica. São Paulo: Shedd, 2012, p. 969. Grifo do autor.

¹⁰ CAMPOS, Héber Carlos de. A Justificação pela fé nas tradições Luterana e Reformada: um ensaio em teologia comparativa. **Fides Reformata**, v.1, n.2, p. 31-35. São Paulo, 1996, p. 31.

qual todas dependem”.¹¹ Logo, dada tamanha importância histórica e teológica, é visível o motivo para que, mesmo nos dias atuais, um entendimento bíblicamente fundamentado da doutrina da justificação é absolutamente necessário.

Tratando-se do Antigo Testamento,¹² o verbo *dikaioô* aparece mais de quarenta vezes na *Septuaginta* como a tradução do hebraico *tsadheq* (no *hiphil*) – justificar, justo –,¹³ sendo sempre associada com tribunais e descrevendo “o veredicto de inocência pronunciado pelo juiz”.¹⁴ Assim, não é difícil perceber que tal expressão sempre aparece junto ao contexto de justiça.

Entretanto, o entendimento que talvez exista hoje sobre o conceito de justiça pode não ser o mesmo entendimento do período do AT. Brown e Coenen explicam que “‘justiça’ no AT não é questão de ações que se conformam a um determinado conjunto de padrões legais absolutos, mas de comportamento que está em conformidade com o relacionamento bidirecional entre Deus e o homem”.¹⁵ Ou seja, segundo os autores, no entendimento do AT, justiça não se refere ao ser perfeito, no sentido de obedecer estritamente um conjunto de regras e normas, mas um comportamento que reflita a aliança divina. É possível notar que o Evangelho de Mateus reflete esse pensamento judaico, uma vez que, embora o entrar no Reino ocorra pelo seguir a Jesus, ou seja, pelo compromisso estabelecido com Cristo, uma vez dentro, a justiça é a conduta que se espera do discípulo, como é possível notar em Mateus 5.20.¹⁶

Wayne Grudem define o conceito de justificação nos seguintes termos: “Justificação é um ato instantâneo e legal da parte de Deus pelo qual ele (1) considera os nossos pecados perdoados e a justiça de Cristo como pertencente a nós e (2) declara-nos justos à vida dele”.¹⁷ É importante ressaltar que, assim como explicado sobre justificação no AT, a palavra justificação é um termo forense, ligado aos tribunais, à corte e às leis. Assim, com o papel de juiz, ao justificar o homem, Deus lhe dá o veredicto de não culpado, ou seja, mesmo sendo pecador e culpado, Deus declara-lhe justo à sua vista.

O conceito do declarar justo é de muita importância para compreender a doutrina da Justificação, isso porque declarar é diferente de tornar: “a justificação nunca é tornar justo, mas declarar justo”.¹⁸ Um exemplo disso está no texto de Lucas 7.29: “E todo o povo que o ouviu e os publicanos, tendo sido batizados com o batismo de João, justificaram a Deus”. Obviamente, com essas palavras, o povo não tornou Deus justo, o povo não fez Deus passar de um estado de injusto para um estado de justiça, mas apenas declarou que Deus é justo, ou

¹¹ CAMPOS, 1996, p. 31,32.

¹² Doravante AT.

¹³ CULVER, 2012, p. 972.

¹⁴ MOO, 1990, p. 109. Alguns exemplos de textos onde essa expressão aparece são Dt 25.1; Jó 27.5; Pv 17.15 e Is 5.23.

¹⁵ BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 1120.

¹⁶ MOO, 1990, p. 110.

¹⁷ GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999, p. 604. Grifo do autor.

¹⁸ CULVER, 2012, p. 973.

seja, o povo reconheceu que Deus é justo. Logo, é possível notar que justificar não é tornar o injusto em justo, mas declarar, reconhecer o mesmo como justo, mesmo ainda sendo pecador.

Por fim, os professores Gooding e Lennox apresentam duas maneiras pelas quais o homem pode ser justificado:

A primeira maneira é “cumprir todos os mandamentos de modo perfeito: nesse caso, Deus poderia nos declarar justos perante ele”.¹⁹ Entretanto, dado o estado pecaminoso em que o homem se encontra, tal alternativa é impossível (Rm 3.23);

A segunda maneira é “cumprindo a punição por ter transgredido a lei de Deus”.²⁰ Usando como exemplo a lógica penal, se um homem transgredir a lei, o mesmo deve pagar por isso, e após pagar ele é inocentado e declarado justo. No entanto, a sentença pelo crime que o homem cometeu contra Deus – o pecado – é a morte (Rm 6.23). Logo, se o homem deve pagar a sentença para se ver livre da culpa, mas a sentença é pagar com sua própria vida, como o mesmo vai aproveitar seu estado de justiça após isso?

Assim, há um problema para resolver: na primeira alternativa o homem deve ser perfeito para ser justificado, mas é incapacitado para fazê-lo devido ao pecado; e na segunda alternativa o homem deve pagar com a vida sua sentença para ser justificado, mas com isso ele perde a possibilidade de desfrutar da liberdade. Com essas duas possibilidades em mente, a justificação aparentemente apresenta uma impossibilidade de ser alcançada.

De fato, é impossível alguém alcançar sua justificação, uma vez que, devido ao estado pecaminoso do homem, o mesmo jamais mereceria ser declarado justo. Entretanto, a maneira pela qual o homem recebe a justificação não é por merecimento, mas por imputação. Segue um exemplo para melhor entendimento.

Suponha-se que um homem, culpado pelo seu crime, está prestes a perder a vida, pois a sentença de seu crime é a morte. Entretanto, num determinado dia, aparece outro homem, justo e inocente, que se dirige para o juiz e faz a seguinte declaração: “eu, um homem justo e inocente, ofereço-me para morrer no lugar desse homem culpado, quero trocar de lugar com ele – eu receberei sua pena e ele receberá meu *status* de justo –, dessa forma, por mais que ele seja culpado, sua sentença será paga e ele será declarado justo”. É justamente isso o que Cristo fez na cruz.

A noção de justiça imputada é essencial à doutrina da justificação. O conceito de imputação da justiça está exemplificado em 2Coríntios 5.21: “Aquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus”. A imputação consiste no seguinte: quando Jesus morre na cruz, Deus inverte nossa culpa com a Sua justiça, ou seja, o homem era culpado e Cristo era justo, mas, devido ao sacrifício de Cristo na cruz, agora os papéis são invertidos: Jesus carrega a culpa do homem, e o homem carrega a justiça de Cristo. De maneira resumida, Grudem explica que “quando dizemos que Deus nos *imputa* a justiça de Cristo, queremos dizer que Deus *considera* a justiça de Cristo como *pertencente a*

¹⁹ GOODING, David; LENNOX, John. **Conceitos-chave da Bíblia**. Porto Alegre: A Verdade, 2012, p. 53.

²⁰ GOODING; LENNOX, 2012, p. 53.

nós".²¹ Dessa maneira, por ser pecador, a única forma de o homem ser justificado é pela imputação da justiça de Cristo.

Em conclusão, a doutrina da justificação pode ser definida como o ato de Deus que, mediante a imputação da justiça de Cristo, declara o homem como justo à sua vista, mesmo que ainda pecador, agraciando-lhe com a possibilidade de reconciliação com o próprio Deus.

3. ANÁLISE DE ROMANOS 3.20,28

“Por isso nenhuma carne será justificada diante dele pelas obras da lei, porque pela lei vem o conhecimento do pecado” (Rm 3.20, ARC). Paulo escreve a Epístola aos Romanos motivado, em parte, pelo pensamento judaizante que impregnava aquela igreja. Como muitos membros da igreja de Roma eram judeus, os mesmos criam que o cristianismo era apenas uma parte do judaísmo; sendo assim, a lei ainda deveria ser cumprida. Logo, pode-se dizer que um dos principais motivos que levou Paulo a escrever a Epístola aos Romanos foi o legalismo por parte dos judeus convertidos.²²

Conhecendo tal hipótese, John Stott comenta que o verso 20 “deveria ser considerado o clímax do argumento de Paulo, não somente contra a presunção judaica, mas contra toda e qualquer tentativa de salvar-se a si mesmo”.²³ Uma vez que o apóstolo combatia aqui uma tendência legalista impregnada na igreja de Roma – tendência essa que pregava que era necessária a observância dos preceitos da lei para se atingir a justificação/salvação –, o mesmo refuta os argumentos de tal grupo demonstrando que a lei não foi dada para justificar, mas para revelar a culpa do homem.

Sobre esse verso, Cranfield comenta que:

Longe de ser verdade que existem homens que cumprem tão adequadamente as exigências da lei que merecem justificação para si mesmos, a verdade é, antes, que a condição de todos os homens é tal que o efeito primário da lei em relação a eles é realçar seu pecado como pecado e a eles mesmos como pecadores.²⁴

Dessa maneira, é possível entender o porquê de a lei ser incapaz de justificar/salvar o homem: porque o homem é incapaz de cumpri-la totalmente. Logo, o homem não pode ser justificado pelas obras da lei; apenas pode realçar seu estado de pecador, distanciando-se da justificação.

A lei apenas faz o diagnóstico, mas não é o remédio. A lei é como um espelho: aponta para a sujeira, mas não a remove. É como um prumo: identifica a sinuosidade de uma parede, mas não a endireita. É como um farol: mostra o obstáculo do caminho, mas não o remove. É

²¹ GRUDEM, 1999, p. 607, grifo do autor. O autor ainda comenta que a ideia de imputação aparece três vezes nas Escrituras: (1) quando Adão peca e sua culpa é imputada em nós; (2) quando Cristo pagou pelos nossos pecados imputados a Ele; e (3) quando a justiça de Cristo é imputada a nós (GRUDEM, 1999, p. 607).

²² STOTT, John R. W. **A mensagem de Romanos**. São Paulo: ABU, 2007, p. 32, 33;

²³ STOTT, 2007, p. 118.

²⁴ CRANFIELD, C. E. B. **Comentário de Romanos versículo por versículo**. São Paulo: Vida Nova, 2005, p. 76.

como um termômetro: diz quando uma pessoa está com febre, mas não a cura. A lei é boa quando usada para produzir convicção do pecado, mas é impotente para salvar o pecador.²⁵

“Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei” (Rm 3.28, ARC). Paulo argumenta, então, que o homem é incapaz de cumprir as obras da lei, assim, a lei é incapaz de justificar o homem; logo o homem não é justificado pelas obras da lei.

Porém, algumas interpretações podem ir de um extremo a outro: sair do legalismo e dar espaço para o antinomismo, para o pensamento libertino.²⁶ Tais interpretações surgem de ideias como “se a lei não me justifica, não há necessidade de cumpri-la”, resultando numa atitude de rejeição ao comportamento moral do cristão. Já foi demonstrado que isso é contraditório ao pensamento sobre justiça no AT, representado em Mateus. No entanto, para refutar qualquer resquício desse pensamento que possa existir, Bruce afirma que, no verso 28, “Paulo não pretende dizer que não há necessidade de praticar as obras da lei. O que diz é que, mesmo quando o homem as pratica razoavelmente bem, não é por isso justificado à vista de Deus”.²⁷

João Calvino argumenta que o apóstolo “afirma nesta passagem que a justificação é gratuita, de tal modo que ela não pode, de forma alguma, ser associada com os méritos das obras”.²⁸ Assim, a conclusão da análise desses versos é que o apóstolo Paulo deseja deixar bem claro que é impossível ao homem ser justificado pelas obras da lei, dessa maneira, sua justificação é somente pela fé, sem as obras.

4. ANÁLISE DE TIAGO 2.24

Para entender a declaração de Tiago e compreender o porquê dos seus ensinamentos parecerem contraditórios aos de Paulo, é necessário o entendimento de quatro pontos: (1) o contexto em que Tiago escreveu; (2) a divisão e os temas que Tiago utiliza em sua carta; (3) as interpretações equivocadas dos ensinamentos de Paulo; e (4) os diferentes significados que Paulo e Tiago usam para as palavras mais importantes dos versos analisados. Ao analisar tanto esses quatro pontos, como o texto de Tiago em si, será possível notar que a explicação para a aparente tensão entre os dois é que Paulo e Tiago tratam de assuntos diferentes.

Primeiramente, o contexto que permeia a escrita da carta de Tiago é apresentado por Brown e Coenen da seguinte maneira:

A situação era aquela dentro da qual os ricos podiam ficar indiferentes para com os que estavam morrendo de fome, e sem roupa, satisfeitos com sua própria espiritualidade (Tg 2.14-18; 3.13 e segs.; cf. 5.1 e segs.), e dentro da qual os membros não percebiam qualquer inconsistência entre a sua

²⁵ LOPES, Hernandes Dias. **Romanos**: o evangelho segundo Paulo. São Paulo: Hagnos, 2010, p. 158.

²⁶ Talvez o maior exemplo desse tipo de pensamento seja o combatido por Paulo em Rm 6.1, 15. Em tal ocasião, o apóstolo argumenta contra as ideias libertinas de que “uma vez debaixo da graça pode-se pecar descaradamente”. Outro exemplo nas Escrituras pode ser achado na figura dos falsos mestres de Jd 4. Por fim, o terceiro exemplo é o do monge Rasputin, que pregava uma relação entre pecado e arrependimento: quanto mais pecasse, mais arrependimento o cristão teria, e mais experimentaria da graça (BRUCE, F. F. **Romanos**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1983, p. 109).

²⁷ BRUCE, 1983, p. 89.

²⁸ CALVINO, João. **Romanos**. São José dos Campos: Fiel, 2014, p. 159.

espiritualidade e suas tagarelices maledicentes (Tg 3.1 e segs.; 11 e segs.). Era uma situação que não estava sem paralelos na igreja em Corinto, com suas façções, relaxamento moral e atitudes complacentes diante da coleta que Paulo estava fazendo para os pobres. Em tal situação, o próprio Paulo não pregara a justificação pela fé, mas, sim, a necessidade de fazer alguma coisa.²⁹

Assim, pode-se perceber que Tiago escreve para um público cujas atitudes estavam aquém das esperadas, pois suas obras não refletiam a fé que professavam. Logo, Paulo e Tiago tratam de situações diferentes nos seus escritos. Paulo, na sua Epístola aos Romanos, argumenta contra uma tendência legalista que superestimava as obras, colocando-as como necessárias para a justificação. Tiago, por sua vez, aponta o erro de um comportamento que subestimava as obras, quase as descartando. Enquanto Paulo revela a incapacidade das obras, Tiago demonstra sua importância.

Segundo, é importante entender como é feita a estrutura da carta de Tiago. Pode-se dividir a carta em dez séries de ditos, cada um com um tema específico:³⁰

Primeira série de ditos: tribulações (1.2-18);

Segunda série de ditos: ouvir correto (1.19-29);

Terceira série de ditos: como lidar com pobres e ricos (2.1-13);

Quarta série de ditos: fé e obras – quando fé e obras se contradizem (2.14-26);

Quinta série de ditos: o uso do dom da palavra (3.1-12);

Sexta série de ditos: a verdadeira sabedoria (3.13-18);

Sétima série de ditos: o risco do espírito antigo (4.1-12);

Oitava série de ditos: planos e autoconfiança (4.13-17);

Nona série de ditos: o dia do Senhor (5.1-12);

Décima série de ditos: a caminhada até o alvo (5.13-20).

Nota-se que o verso analisado (2.24) se encontra dentro da quarta série de ditos, que possui como tema “quando fé e obras se contradizem”. Dessa maneira, o trecho está localizado num segmento da carta onde Tiago fala sobre a importância de as atitudes corresponderem à fé que se professa. Se uma pessoa professa fé em Cristo, porém suas atitudes vão de encontro com o que essa crença prega, há algo muito errado com sua “fé”, e é isso que Tiago aponta no segmento em que o texto está inserido.

O terceiro ponto essencial para entender o pensamento de Tiago é saber que, como na especulação de Moo encontrada na análise inicial dos textos, Paulo poderia estar sendo mal interpretado. Não é de se admirar que, uma vez que Paulo ensinava que a justificação é somente pela fé, sem as obras da lei (Rm 3.28), muitas interpretações equivocadas tenham surgido, alegando que “a graça seria como uma poltrona confortável”,³¹ ou seja, a graça de Deus e a justificação pela fé permitem ao homem viver desprendido de obrigações morais, da maneira como bem entender.³²

²⁹ BROWN; COENEN, 2000, p. 1134.

³⁰ GRÜNZWEIG; HOLMER; BOOR, 2008.

³¹ GRÜNZWEIG; HOLMER; BOOR, 2008, p. 70.

³² Alguns exemplos de interpretações equivocadas são as de Rm 6.1; 15.

A respeito desse ponto, o professor Moo comenta que:

Também sabemos que, já durante o ministério de Paulo, sua pregação sobre a justificação pela fé estava sendo mal interpretada (cf. Rm 3.5-8). Assim, não é absolutamente improvável que alguns cristãos, tendo tido contato com a pregação de Paulo, possam ter – intencionalmente ou não – pervertido a doutrina de Paulo, transformando-a numa desculpa para a passividade espiritual.³³

Dessa maneira, Tiago poderia muito bem-estar combatendo essa interpretação equivocada dos ensinamentos de Paulo, demonstrando que, mesmo sendo somente pela fé, a justificação não é motivo para viver uma vida desregrada e sem piedade, que não glorifique a Deus nem reflita a fé proferida.

Por fim, o último ponto que necessita atenção é o fato de Paulo e Tiago se utilizarem de significados diferentes para os termos mais importantes dos versos analisados. A saber, os dois diferem no sentido dos conceitos de obras, fé e justificar.

A respeito do termo “obras” (*érga*), os dois diferem porque Paulo, no texto de Romanos, usa essa palavra no sentido de um dever que o homem impõe a si mesmo “com a finalidade de construir a própria salvação pelo respectivo cumprimento”,³⁴ ou seja, obras, nesse caso, significa a tentativa do homem de salvar-se pelos seus próprios méritos. Entretanto, em Tiago, a mesma expressão ganha o significado de frutos do “agraciamento e da volta do ser humano para casa”, pois “a carta de Tiago não é pregação da lei, mas pregação da nova obediência, pregação da santificação”.³⁵ O que isso significa? Que Tiago usa a palavra obras no sentido de atitudes que correspondem ao novo estado do homem, após a justificação.

Moo demonstra que “a diferença entre Paulo e Tiago está na *sequência* das obras e da conversão: Paulo nega a eficácia de obras praticadas antes da conversão, mas Tiago está apelando à necessidade absoluta de obras praticadas depois dela”.³⁶ Logo, é possível notar os diferentes usos que os autores fazem do conceito de obras: Paulo as usa para demonstrar sua incapacidade no ato da justificação; e Tiago as usa para apontar sua necessidade no processo de santificação.

O significado de “fé” também possui diferenças nos textos dos dois autores. Em Paulo, tal expressão é apresentada como um conceito dinâmico, que inclui compromisso de obediência ao Senhor e união com Cristo: esse é o sentido da palavra na expressão justificação pela fé. Entretanto, Tiago revela uma fé que alguns afirmam possuir, mas que não resulta em ação ou compromisso (v.14,15-16,18-19), sendo ela morta e inoperante (v.26), esse é seu sentido na expressão fé somente.³⁷ Assim, no texto de Romanos 3.20,28, fé é a fé verdadeira, em seu sentido mais pleno, e em Tiago 2.24, fé é a fé que alguns alegam possuir, mas cujas atitudes não dão credibilidade a essa alegação.

³³ MOO, 1990, p. 28.

³⁴ GRÜNZWEIG; HOLMER; BOOR, 2008, p. 64.

³⁵ GRÜNZWEIG; HOLMER; BOOR, 2008, p. 64,65.

³⁶ MOO, 1990, p. 101-102. Grifo do autor.

³⁷ MOO, 1990, p. 114.

Finalmente, o último e mais importante ponto com relação ao uso de palavras é o significado de “justificar” (*dikaioô*), tanto em Paulo como em Tiago. Em Paulo, *dikaioô* é usado para “para descrever a atividade dinâmica por meio da qual o pecador recebe graciosamente uma nova condição. Esta condição, a de ser justo perante Deus, o Juiz de todo o mundo, baseia-se na união do pecador com Cristo e é assegurada através da fé”.³⁸ Entretanto, Grudem nos lembra que esse não é o único sentido de *dikaioô*, que “também pode significar ‘demonstrar ou provar’ ser justo”.³⁹ Ou seja, Tiago está se utilizando dessa última interpretação da palavra, demonstrando que uma pessoa é justificada pelas obras no sentido de que essa pessoa demonstra seu estado de justiça praticando boas obras.⁴⁰

Assim, Paulo usa justificar se referindo ao primeiro momento, onde Deus declara o homem justo pela fé, sem a influência das obras, enquanto Tiago se refere ao segundo momento, no julgamento final, onde Deus reconhece que o homem demonstra ser justificado pela fé através das boas obras. Simplificando, “Tiago usa ‘justificar’ onde Paulo fala de Julgamento”.⁴¹

Para concluir esse assunto, Calvino afirma que:

Portanto, é uma grosseira falta de lógica não admitir que o termo *justificar* é tomado por Tiago em sentido distinto do de Paulo [...]. Tiago, como podemos averiguar à luz do contexto, não pretendia dizer nada mais, nada menos, que o homem não deve ser tido por justo por meio de uma fé fictícia ou morta, a menos que ele prove sua justiça por meio de atos.⁴²

Expostos esses fatos, pode-se, agora, fazer uma análise mais aprofundada do texto de Tiago 2.24 propriamente dito:

“Vedes então que o homem é justificado pelas obras, e não somente pela fé”. A interpretação desse verso se torna possível quando, através de tudo que já foi explicado, chega-se ao entendimento que “em Romanos 3.28 está em jogo a questão de como, afinal, acontece a aceitação do pecador por Deus [...]. Tiago, porém, tem em vista outra questão: como o filho aceito misericordiosamente passa a se conduzir na casa do pai”.⁴³ Tiago, no segmento em que esse verso está inserido (2.14-26), se preocupa em demonstrar como proceder após a justificação.

Tiago preza pelo ensino da mudança de caráter, da mudança de atitude, demonstrando que, apesar de Deus declarar um homem justo mesmo ele sendo pecador, Ele não deseja que tal homem permaneça como tal, implicando o processo de santificação. Culver explica que a justificação possui sete elementos: ⁴⁴

Autor: Deus (Rm 8.33);

Agente: Cristo (Gl 2.17);

³⁸ MOO, 1990, p. 46.

³⁹ GRUDEM, 1999, p. 611.

⁴⁰ Esse mesmo significado também pode ser observado nos textos de Mt 11.19; Lc 7.35, 10.28-29, 16.15 e Rm 3.4.

⁴¹ MOO, 1990, p. 108.

⁴² CALVINO, 2014, p. 160. Grifo do autor.

⁴³ GRÜNZWEIG; HOLMER; BOOR, 2008, p. 70.

⁴⁴ CULVER, 2012, p. 974-978.

Método: Graça (Rm 3.24);

Base: Cruz (Rm 5.9);

Meio: Fé (Rm 3.28);

Fruto: Tudo o que Deus tem para nós na salvação (Rm 1.1-11);

Evidência: Boas obras (Tg 2.24).

Percebe-se que o autor coloca o texto de Tiago no quesito evidências da justificação. Isso porque as boas obras, de que Tiago fala, são a comprovação que o ato de justificação foi realizado na vida de determinada pessoa. Assim, por mais que o relacionamento inicial com Deus seja somente pela fé, sem levar em conta as boas obras, o reconhecimento desse relacionamento estabelecido deve vir através dessas boas obras, ou seja, da santificação, que a fé verdadeira é destinada a produzir.

Tiago não deseja depreciar ou subestimar a fé, colocando as obras como outro requisito para a salvação. Mas ele visa alertar seus leitores para que a fé continue sendo viva e operante, ou seja, que a fé deles continue sendo uma fé verdadeira, não apenas um discurso vazio. Assim como Paulo afirma em Gálatas 5.6 que a fé verdadeira é a que atua pela caridade – em outras versões, que atua pelo amor –, Tiago concorda quando complementa que, então, uma fé morta é aquela sem obras, sem comprovação prática (2.26).

Essa ideia se estende também para os exemplos que Tiago usa, a saber, de Abraão (v.21) e Raabe (v.25). Sobre Abraão, quando ele afirma, no verso 21, que Abraão foi salvo pelas obras quando ofereceu Isaque, Tiago não está dizendo que a obediência da Abraão o levou à salvação, mas que “sua obediência provou que ele já era salvo. Abraão não foi salvo pela fé mais as obras, mas pela fé que produz obras”.⁴⁵ A mesma lógica é usada para Raabe, que “não teria obtido nem sua preservação quando a cidade foi tomada, nem sua posição na história da salvação se não tivesse aceitado as consequências práticas dessa sua percepção de sua fé, comportando-se em conformidade com ela diante dos espiões de Israel”.⁴⁶ Logo, nenhum dos personagens mencionados por Tiago – Abraão e Raabe – foi salvo ou justificado pelas obras diante de Deus, mas as suas boas obras serviram para demonstrar aos homens que sua fé e união com o Senhor eram verdadeiras.

Assim, o ensinamento que Tiago deseja passar no trecho que comporta o verso analisado é que “a salvação é só pela fé, mas por uma fé que não está só. Uma fé viva se expressa por obras, ou seja, uma vida que traz glória a Jesus”.⁴⁷ Pois as boas obras não podem salvar, mas a salvação é somente pela fé, e a fé somente é provada como sendo verdadeira através das boas obras.

⁴⁵ LOPES, Hernandes Dias. **Tiago: transformando provas em triunfo**. São Paulo: Hagnos, 2006, p. 53. Lopes (2006, p. 54) ainda complementa afirmando que “pela fé, ele [Abraão] foi justificado diante de Deus, e sua justiça foi declarada. Pelas obras, ele foi justificado diante dos homens, e sua justiça foi demonstrada”, embasando ainda mais a conclusão de que as boas obras são a maneira de demonstrar que a justiça de Cristo foi imputada em determinado indivíduo.

⁴⁶ GRÜNZWEIG; HOLMER; BOOR, 2008, p. 70.

⁴⁷ LOPES, 2006, p. 54.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto nesse artigo, argumenta-se que não há contradição entre os ensinamentos de Paulo e Tiago sobre a doutrina da justificação, uma vez que os dois tratam de assuntos diferentes. Paulo se preocupa em combater o pensamento legalista que florescia na igreja de Roma; assim, precisa escrever que as obras não têm o poder de justificar. Tiago, por outro lado, concentra-se em apontar as falhas daqueles que usam a fé e a graça como poltronas confortáveis, vivendo sem nenhuma obrigação moral; para isso, ele afirma que as boas obras são necessárias para demonstrar que a fé é verdadeira.

Uma maneira de compreender melhor é com o pensamento de Moo: “Paulo quer deixar claro que uma pessoa ‘entra’ no reino de Deus somente pela fé; Tiago insiste em dizer que Deus exige as obras daqueles que *estão ‘dentro’*”.⁴⁸ Uma vez dentro do Reino de Deus, é necessário saber como se portar, não com medo que o Pai o expulse, mas como demonstração do real pertencimento àquele lugar, e em gratidão por tudo que Ele já fez.

Por fim, a conclusão é que, enquanto Paulo afirma que a declaração de justificação, isto é, o ato de Deus declarar que somos justos a sua vista, ocorre somente pela fé, pela fé verdadeira, que leva a uma união e compromisso verdadeiro com Cristo, sendo as obras impossíveis de interferirem nessa declaração divina, Tiago, por sua vez, argumenta que uma vez justificados somente pela fé, precisamos demonstrar através das boas obras que tanto a justificação quanto a fé ocorreram de fato, caso contrário, essa fé não passa de um discurso sem valor algum.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA, Português. **Bíblia de Promessas**. Versão Revista e Corrigida na grafia simplificada, da tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: King’s Cross, 2010.

BROWN, Colin; COENEN, Lothar (orgs.). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

BRUCE, F. F. **Romanos**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1983.

CALVINO, João. **Romanos**. São José dos Campos: Fiel, 2014.

CAMPOS, Héber Carlos de. A justificação pela fé nas tradições Luterana e Reformada: um ensaio em teologia comparativa. **Fides Reformata**, v.1, n.2, p. 31-50. São Paulo, 1996.

CRANFIELD, C. E. B. **Comentário de Romanos versículo por versículo**. São Paulo: Vida Nova, 2005.

CULVER, Robert D. **Teologia sistemática**: bíblica e histórica. São Paulo: Shedd, 2012.

GOODING, David; LENNOX, John. **Conceitos-chave da Bíblia**. Porto Alegre: A Verdade, 2012.

⁴⁸ MOO, 1990, p. 109.

GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

GRÜNZWEIG, Fritz; HOLMER, Uwe; BOOR, Werner de. **Cartas de Tiago, Pedro, João e Judas**. Curitiba: Esperança, 2008.

KEENER, Craig S. **Comentário histórico-cultural da Bíblia: Novo Testamento**. São Paulo, Vida Nova, 2017.

LOPES, Hernandes Dias. **Romanos: o evangelho segundo Paulo**. São Paulo: Hagnos, 2010.

_____. **Tiago: transformando provas em triunfo**. São Paulo: Hagnos, 2006.

MOO, Douglas J. **Tiago: introdução e comentário**. São Paulo: Vida Nova, 1990.

STOTT, John R. W. **A mensagem de Romanos**. São Paulo: ABU, 2007.